

ESBOÇO DA DISCUSSÃO DA UNCAC COALITION

Um Guia para a Transparência e Participação no Mecanismo de Revisão da CNUCC

A transparência e participação da sociedade civil são fatores essenciais à eficácia do Mecanismo de Revisão da CNUCC. Vários fóruns e instrumentos internacionais destacaram que a luta contra a corrupção deve estar à altura dos seus próprios padrões e que é necessário o envolvimento de todas as partes interessadas - dentro e fora dos governos - para assegurar o seu sucesso.

Um processo aberto e inclusivo poderá trazer conhecimentos técnicos e informações adicionais às discussões, salvaguardar a legitimidade e responsabilidade do processo e assegurar a conformidade com a lei internacional de direitos humanos, assim como o cumprimento dos compromissos e princípios da própria CNUCC.

Desde que o Mecanismo de Revisão da CNUCC foi adotado em 2009, ocorreram muitos exemplos positivos em todo o mundo sobre como realizar o processo de revisão nacional. Alguns países assumiram a liderança ao publicar proativamente as suas listas de verificação de autoavaliação e relatórios nacionais completos, enquanto outros possibilitaram o contributo da sociedade civil em várias fases do processo de revisão e apoiaram a sua participação na fase internacional.

Este esboço de documento de orientações baseou-se em práticas positivas no primeiro e segundo ciclo de revisões da CNUCC, assim como na lei internacional aplicável. Este identifica vários passos concretos que os Estados Partes podem tomar ao longo do processo de revisão para assegurar que este se torna transparente e inclusivo, assim como, conseqüentemente, sólido, legítimo e eficaz.

Envie os seus comentários ou perguntas sobre este guia para info@uncaccoalition.org.

Revisão Nacional						
	Preparação	Autoavaliação	Revisão por Pares (Diálogo e visita no local)	Relatório	Seguimento	Princípios Orientadores
PARTICIPAÇÃO <i>(De consultas ao diálogo e parceria)</i>	<p>Assegurar que os recursos adequados são alocados para suportar um processo transparente e inclusivo.</p> <p>Pesquisar quais os intervenientes não estatais que trabalham em questões relativas ao combate à corrupção, transparência e democracia no país e convidá-los a participar no processo de revisão. Os intervenientes não estatais envolvidos devem incluir representantes de organizações da sociedade civil (CSO), o setor privado, associações profissionais, a comunidade académica e os meios de comunicação.</p> <p>Formar uma equipa consultiva de várias partes interessadas ou um grupo de planificação conjunta a consultar relativamente à organização da revisão da implementação.</p> <p>Considerar oportunidades de sensibilização e criação de capacidades para facilitar a participação.</p>	<p>Convidar representantes de CSO e outros intervenientes não estatais a contribuir para a autoavaliação.</p> <p>Convocar um ou mais seminários para as partes interessadas nacionais, no sentido de angariar contributos para a autoavaliação e sensibilização para o processo de revisão.</p> <p>Se o tempo e recursos governamentais e/ou da sociedade civil não permitirem os passos acima, convide a sociedade civil a formular comentários numa autoavaliação de esboço, os quais serão refletidos na versão final.</p>	<p>Incluir intervenientes não estatais, sempre que possível, em diálogos e reuniões com a equipa de peritos avaliadores, incluindo em todas as reuniões durante a visita no local.</p> <p>Encorajar observações escritas de intervenientes não estatais dirigidas à equipa de avaliadores, fornecer avaliações da implementação governamental e recomendações de melhorias.</p>	<p>Convidar intervenientes não estatais a fornecer contributos para o processo de aprovação de relatórios nacionais.</p> <p>Incluir informações detalhadas sobre como o processo de revisão foi realizado no relatório de revisão.</p>	<p>Organizar reuniões e diálogos entre as partes interessadas, dando forma a um plano de ação de seguimento para implementar as recomendações de revisão.</p> <p>Fornecer oportunidades para a sociedade civil formular comentários relativos aos relatórios do progresso governamental e apresentar os seus próprios relatórios de acompanhamento ao governo.</p>	<p>Inclusividade - desenvolver esforços para garantir a participação do maior leque possível de partes interessadas, incluindo grupos marginalizados e de risco.</p> <p>Capacitação - sempre que adequado, formar e apoiar as partes interessadas a participar no processo.</p> <p>Oportunidade - assegurar tempo suficiente para que as partes interessadas submetam os seus comentários e contributos e para que estes sejam considerados.</p> <p>Capacidade de resposta - explicar como o contributo das partes interessadas está a ser avaliado e incorporado em decisões.</p> <p>Recursos - assegurar recursos adequados para receber e processar os contributos das partes interessadas.</p> <p>Independência - permitir que a sociedade civil permaneça autónoma e garantir o direito a fazer campanha e atuar de forma independente às suas opiniões e relação com o governo.</p>

Revisão Nacional						Princípios Orientadores
Preparação	Autoavaliação	Revisão por Pares	Relatório	Seguimento		
<p>TRANSPARÊNCIA</p> <p><i>(Publicação ativa e partilha de informações)</i></p>	<p>Publicar e manter informações abrangentes sobre a próxima revisão (por ex., numa secção do website do ministério competente) incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O processo de revisão da CNUCC, a sua metodologia e calendário; - Os detalhes de contacto do coordenador do processo do governo (ponto central); - Os critérios de qualificação para a participação de intervenientes não estatais e os pontos de partida fundamentais para as contribuições. <p>Permitir que as partes interessadas se mantenham informadas ao longo do processo de revisão, por ex., através de uma newsletter por e-mail.</p>	<p>Publicar as listas de verificação de autoavaliação no website governamental, assim que estejam disponíveis e antes do início da fase da revisão por pares.</p> <p>Concordar em efetuar uma célere publicação da autoavaliação no website do UNODC.</p> <p>Comunicar a conclusão da autoavaliação através dos canais relevantes para o público e informar as partes interessadas que deram o seu contributo, ou que de outra forma expressaram interesse no processo.</p>	<p>Encorajar as equipas de peritos avaliadores a visitar o país sob revisão.</p> <p>Agendar a visita de forma a que as partes interessadas disponham de tempo suficiente para se preparar.</p> <p>Publicitar a visita, em conjunto com um calendário de eventos e a composição da equipa de revisão no website governamental.</p> <p>Obter a permissão dos revisores para publicar as suas informações de contacto, ou criar um mecanismo que permita às partes interessadas submeter contributos por escrito.</p>	<p>Garantir que são publicados os resultados da revisão nacional, incluindo o relatório nacional completo, nos idiomas local e original no website do governo.</p> <p>Concordar em publicar o relatório nacional completo no website do UNODC.</p> <p>Comunicar ativamente a divulgação do relatório às partes interessadas e ao público. Fornecer o relatório ao Parlamento e aos meios de comunicação.</p>	<p>Comunicar regularmente o progresso em relação às recomendações para a revisão nacional, carregar relatórios num website governamental designado e submeter relatórios de progresso ao UNODC.</p> <p>Publicar informações sobre oportunidades para intervenientes não estatais de fornecer contributos e feedback sobre os relatórios do progresso.</p>	<p>Acessibilidade - assegurar que a publicação está acessível online e é compreensível para todas as partes interessadas, assim como, sempre que possível, ultrapassar obstáculos, tais como a geografia, idioma e o fosso digital.</p> <p>Abertura - assegurar que os documentos e dados são publicados e estão disponíveis online em formatos abertos e facilmente acessíveis através de um único website governamental designado.</p> <p>Oportunidade - assegurar que a publicação é efetuada de forma suficientemente atempada, de forma a permitir um acompanhamento significativo e a participação no processo. Ainda que o calendário seja alterado: é crucial comunicá-lo com antecedência suficiente às partes interessadas.</p> <p>Exatidão - assegurar que são fornecidas as informações mais relevantes e atualizadas.</p>

Conferência dos Estados Partes e Órgãos Subsidiários

<p>Participação</p> <p><i>(De consultas ao diálogo e parceria)</i></p>	<p><i>Estados signatários:</i></p> <p>Confirmar que, em conformidade com as normas de procedimento 2 e 17 da Conferência dos Estados Partes (CEP), os intervenientes não estatais têm direito a participar como observadores em todos os órgãos subsidiários da CEP, incluindo o Grupo de Revisão da Implementação e quaisquer Grupos de Trabalho da CNUCC.</p> <p>Estar disposto a incluir representantes da sociedade civil em delegações nacionais.</p> <p>Apoiar iniciativas para expandir o espaço cívico nos fóruns da CNUCC e suspender as práticas que permitem que representantes de CSO sejam excluídos da CEP mediante pedido de governos reservados, sem que sejam fornecidos quaisquer motivos.</p> <p>Assegurar que existe financiamento suficiente para o IRM, incluindo permitir visitas e reuniões da equipa de peritos nacional com as partes interessadas.</p> <p>Instruir o UNODC a convocar uma conferência periódica entre as partes interessadas da CNUCC, antes da partilha de experiências da CEP relativamente à implementação da CNUCC.</p> <p>Basear-se na experiência de órgãos de tratados internacionais de direitos humanos, autorizar a criação de um mecanismo de comunicação seguro, permitir que entidades legais e indivíduos possam partilhar informações em segurança com a ONU relativamente a questões de corrupção abrangidas pela CNUCC, especialmente a grande corrupção.</p>
<p>Transparência</p> <p><i>(Publicação proativa)</i></p>	<p><i>Estados signatários:</i></p> <p>Apoiar um processo de revisão contínuo com níveis mínimos mais elevados de transparência e participação da sociedade civil, assim como a criação de um mecanismo de seguimento para revisões anteriores.</p> <p><i>UNODC:</i></p> <p>Publicar online a lista de pontos centrais governamentais da CNUCC e adicionar todas as informações relativas a revisões, incluindo se os países autorizaram uma visita ao país, calendários de visitas, membros das equipas de revisão por pares e o estado atual da revisão.</p>